

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO FORMATIVA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE ERMO / SC

CHALLENGES OF FORMATIVE EVALUATION IN CHILD EDUCATION INSTITUTIONS IN THE CITY OF ERMO / SC

Keli Nazário Américo¹

Zélia Medeiros Silveira²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir os desafios encontrados pelos professores de duas instituições de educação infantil na cidade de Ermo / SC, ao trabalhar a avaliação na concepção formativa. Este artigo está baseado em um estudo teórico fundamentado em autores como: Hoffmann (2015), Micarello (2010), Lopes (2009), Villas Boas (2001), Weis e Coelho (2015), dentre outros. Desenvolveu-se uma pesquisa básica de abordagem qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados o grupo de discussão com cinco professoras pedagogas da educação infantil de zero a cinco anos. Os resultados da pesquisa revelaram que as professoras buscam realizar uma avaliação na concepção formativa, pois acompanham de modo contínuo a aprendizagem das crianças, observando e registrando este processo. Embora se considere todos os esforços que a escola vem desenvolvendo no intuito de realizar uma avaliação processual, que considere o desenvolvimento integral das crianças, percebe-se que este ainda é um grande desafio, sendo a formação continuada dos professores uma grande aliada nesse processo.

PALAVRAS CHAVE: Educação infantil. Avaliação formativa. Acompanhamento. Desafios.

ABSTRACT: The present article have as objective to discuss the challenges faced by the teachers of two institutions of early childhood education in the city of Ermo / SC, when working the evaluation in the formative conception. This article is based on a theoretical study based on authors such as: Hoffmann (1015), Micarello (2010), Lopes (2009), Villas Boas (2001), Weiss e Coelho (2015), among others. A basic research of qualitative approach was developed, using as a data collection tool the discussion group with five teachers of early childhood education from zero to five years. The results of the research revealed that the teachers seek to carry out an evaluation in the formative conception, since they continuously accompany the children's learning, observing and recording this process. Although we consider all the efforts that the school has been developing in order to carry out a process

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia. keliamerico@gmail.com.

² Mestre em Educação. Professora da UNESC. zms@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

evolution, with considers the integral development of children, it is still a great challenge, and the continued formation of teachers is a great ally in this process.

KEY WORDS: Child education. Formative Evaluation. Challenge. Along.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação mostra-se um desafio no contexto escolar por ser responsável pelo sucesso ao promover a aprendizagem da criança ou apenas verificar seu desempenho. Desse modo, é necessário esclarecer a ação avaliativa na educação infantil para compreensão das práticas e melhorar a mediação no aprendizado. A avaliação da aprendizagem com crianças de zero a cinco anos é algo complexo, exigindo um olhar minucioso de quem avalia, pois esta ação se baseia no acompanhamento infantil.

Considerando o contexto da avaliação na educação infantil, identifica-se a necessidade de avaliar a criança em todos os seus aspectos a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Compreendendo a criança como sujeito integral e que a cognição, a emoção e as interações sociais são elementos importantes para o seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que o modo que se avalia está fortemente articulado a concepção de ensino e aprendizagem. Por isso, as práticas avaliativas que são planejadas no contexto da educação infantil podem servir de reflexão para a ação pedagógica ou apenas como um instrumento de classificação da aprendizagem.

A necessidade de realizar esta investigação decorre de minha atuação no estágio obrigatório na Educação Infantil do curso de Pedagogia, UNESC. Nele foi possível constatar a importância que a avaliação tem na formação das crianças. Um olhar minucioso dos professores ao avaliar as mesmas deve levar a reflexão de suas práticas, percebendo a avaliação como um meio e não como uma finalidade em si mesma.

O estudo desenvolveu-se tendo como eixo temático: os desafios encontrados pelos professores de uma escola e um Centro de Educação Infantil de Ermo / SC ao trabalhar a avaliação formativa com crianças da educação infantil. Diante deste contexto, considera-se como problemática deste estudo: quais os desafios encontrados pelos professores ao trabalhar

na perspectiva de avaliação formativa com as crianças da educação infantil? A abordagem do tema traz como objetivo geral: discutir os desafios encontrados pelos professores ao trabalhar a avaliação na concepção formativa nesta faixa etária.

O trabalho buscará atingir os objetivos específicos: reconhecer o que os documentos legais estabelecem sobre a avaliação na educação infantil; identificar a concepção de avaliação abordada no Projeto Político Pedagógico das escolas; verificar se há programas de formação continuada referente à avaliação e se ocorre a participação dos professores; identificar quais os instrumentos avaliativos utilizados pelos professores; constatar se os professores recebem orientação pedagógica sobre a avaliação e identificar as compreensões dos professores sobre a avaliação formativa e a dificuldade encontrada neste processo.

Para que estes propósitos sejam alcançados decidiu-se realizar, além do estudo teórico, uma pesquisa de campo por meio de *grupo de discussão*, com cinco professoras pedagogas de uma escola e de um Centro de Educação Infantil (CEI), ambas da rede pública municipal da cidade de Ermo / SC. Os dados coletados foram analisados teoricamente, buscando compreender os desafios da avaliação formativa na prática pedagógica dos professores da educação infantil.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil em sua história passou por diferentes concepções e modos de organização decorrentes das concepções de infância presentes na sociedade em cada época. Desse modo, ao adentrar o contexto histórico da educação infantil, faz-se necessário abordar o conceito de infância em cada período histórico.

As atuais concepções de infância e de educação infantil são resultados de um processo histórico. Na idade média não existia a consciência das particularidades infantis, não havia uma clareza quanto ao período da infância. Como diz Ariés (1981), não existia o sentimento da infância, não que houvesse descaso no cuidado da criança pela família, mas não se reconhecia as características da criança, ou seja, era vista como “um adulto em miniatura”. Nesta época não havia o conceito de infância, pois, as crianças não se diferenciavam dos

adultos. Segundo Ariés (1981) os cuidados e a educação das crianças neste período da história eram de responsabilidade da mãe e das amas.

A característica de “cuidado” com a criança se fez presente ao longo dos tempos, porém, trouxe novas necessidades, principalmente para as mães. Neste sentido, Paschoal e Machado (2009, p. 80) destacam que:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e os costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

Os cuidados que essas mães ofereciam aquelas que trabalhavam na indústria foram a primeira alternativa que surgiu na época para atender as crianças, já que não existia uma instituição formal que as acolhessem. Porém, de acordo com os estudos realizados por Paschoal e Machado (2009), esta ajuda informal não perdurou por muito tempo, pois não deu conta da quantidade de crianças, devido a crescente oferta de trabalho para as famílias, surgindo as primeiras instituições de ensino na Europa e nos Estados Unidos. Fatores como a mortalidade infantil, desnutrição e acidentes domésticos, fizeram alguns setores da sociedade pensar num espaço de cuidado da criança fora do contexto familiar. Essa preocupação de assistência, de cuidados, persistiu no cenário brasileiro, devido à entrada da mulher no mercado de trabalho.

No Brasil, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencial, diferentemente das demais criadas nos países europeus e norte-americanos. Desse modo, as primeiras creches, asilos e orfanatos brasileiros segundo Paschoal e Machado (2009) surgiram pela reivindicação das famílias operárias, pois o aumento da demanda do trabalho feminino na indústria impulsionou a necessidade pelo atendimento à infância. Ademais, este atendimento, deixa de ser somente assistencial assumindo cunho pedagógico, quando, no final do século XIX, um número significativo de creches foram criadas, não pelo poder público, mas por entidades filantrópicas. Estas instituições acreditavam que seu surgimento traria vantagens para o desenvolvimento infantil, porém recebeu críticas, por se identificar com as instituições

européias, como a sala de asilo francesa, que prestava desde o seu início aos cuidados e também a educação moral e intelectual das crianças.

Oliveira (2011) destaca que, no início do século XX, havia uma preocupação maior sobre a infância, e sobre a educação infantil. Estas ideias levaram ao surgimento do movimento da Escola Nova³, cuja aprendizagem não se daria de maneira passiva de conteúdos formulados, mas pelas experiências das crianças em experimentar, pensar e julgar. Diante disso, nota-se que a educação da criança passou a ser valorizada cada vez mais, visando o cuidado e a educação.

A importância do desenvolvimento infantil gerou vários estudos e pesquisas, que se intensificaram ainda mais ao longo dos tempos. Atualmente, dentre os mais diversos documentos que tratam a respeito da criança e seu desenvolvimento, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que trazem em seu artigo 6º como objetivos desta modalidade de ensino:

[...] garantir a criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18).

Portanto, o desenvolvimento infantil ao longo das décadas passa a ser uma prioridade garantindo não somente o cuidado das crianças, mas a sua educação. Alguns autores da atualidade que estudam a educação infantil, como Nascimento (2005) e Oliveira (2011) afirmam que as instituições de educação infantil não podem ser vistas apenas como local de guarda e proteção, mas onde também se instrui, destacando a criança como “sujeito social”, ou seja, como agente construtor do conhecimento.

Face ao exposto, é possível dizer que a concepção de infância e de educação infantil estão fortemente articuladas e são marcadas pelas transformações sociais ao longo do tempo. A educação voltada para as crianças é decorrente de uma mudança de visão para com as mesmas, de um ser sem importância na idade média, a uma pessoa com direitos, dentre

³ O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova surgiu em 1932, este documento defendia a educação como função pública, única, laica, co-educativa, e, a necessidade de um ensino ativo, gratuito e obrigatório (OLIVEIRA, 2011).

estes, a educação. Diante disso, o educador para esta faixa etária precisa ter consciência das particularidades infantis, de modo a auxiliar as crianças na produção do conhecimento.

2.1. Concepções avaliativas na educação infantil

A educação infantil segundo o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 93.94/96, se constitui na primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade a formação integral da criança nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, caracterizando a avaliação como um processo contínuo e permanente. Desse modo, em seu artigo 31, inciso I, afirma que a avaliação deve ocorrer por intermédio do acompanhamento e do registro do desenvolvimento das crianças sem objetivo de promoção para o acesso ao ensino fundamental. Portanto, a avaliação neste nível de ensino requer acompanhamento do desenvolvimento infantil, não sendo um mero instrumento de verificação. Dentro desta perspectiva, segundo o Referencial Curricular Nacional para a educação infantil esta concepção avaliativa requer:

[...] um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998, p. 59).

Já as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), em seu artigo 1º, orientam que a avaliação deve dar-se-á pelo acompanhamento do trabalho pedagógico e desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, de promoção ou de classificação. Portanto a avaliação na educação infantil é uma ação educativa permanente que está pautada no acompanhamento do desenvolvimento infantil, que requer planejamento, reflexão, e reorientação das práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre o que foi discutido até então, surge a seguinte questão: como a avaliação deve ser concebida e articulada pelos professores da educação infantil, de modo a garantir aprendizagem efetiva e de qualidade para as crianças? Sobre isso, Villas Boas (2001) ressalta que a avaliação praticada na escola cumpre duas funções principais: classificar ou promover a

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

aprendizagem. Na sua função classificatória, o professor apenas certifica se a criança alcançou o padrão de desempenho estabelecido, ou seja, é algo pontual, apenas mensura a aprendizagem. Diante disso, quando classifica o aprendizado da criança, o professor não se permite revisar seus objetivos e, por conseguinte, reorganizar suas estratégias a fim de contribuir efetivamente para a aprendizagem da mesma.

Em contrapartida Hoffmann (2015) destaca que, quando a avaliação tem a função de promover a aprendizagem, assume um caráter formativo, que é justamente seu aspecto investigativo e mediador, a qual é contrária à constatação e à classificação. Esse modo de avaliar se configura pela avaliação diagnóstica, retratada nos estudos de Weiss e Coelho (2015) como aquela que o professor investiga os conhecimentos prévios das crianças para planejar o que poderá ser trabalhado antes e durante o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação em sua função diagnóstica subsidia o professor a melhorar a sua prática, pois permite atuar na zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky. A Zona de Desenvolvimento Proximal definida por Vygotsky, L. S (1984, apud OLIVEIRA, 1999) revela que, o papel da mediação pedagógica é de suporte para o desenvolvimento da criança, ou seja, ao avaliar considerando a ZDP, o professor leva em conta o que a criança consegue fazer com auxílio. Vale ressaltar que a ZDP para Vygotsky L. S (1984, apud OLIVEIRA 1999) é a distância entre o que a criança sabe fazer sozinha (zona de desenvolvimento real) e o que ela consegue fazer com a orientação de alguém mais experiente (zona de desenvolvimento potencial). Portanto, constitui o caráter mediador da ação pedagógica, pois, segundo Hoffmann (2015), considerando as potencialidades de aprendizagem da criança é possível desafiá-las de forma provocativa, levando a mesma a superar os desafios. Assim, o que a criança faz hoje com auxílio, fará amanhã de maneira autônoma, tornando-se aprendiz ao se relacionar com o outro, sendo este o papel mediador da ação avaliativa.

Considerar a avaliação como um instrumento de mediação é priorizar o acompanhamento e a interação das crianças com os demais, em todas as situações vivenciadas em sala de aula. Quanto ao acompanhamento infantil, Hoffmann (2015, p. 30) afirma que

Avaliar não é fazer um “diagnóstico de capacidades” mas acompanhar a variedade de idéias e manifestações das crianças para planejar ações educativas significativas. Parte de um olhar atento do professor, um olhar estudioso que reflete sobre o que vê,

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

sobretudo um olhar sensível e confiante nas possibilidades que as crianças apresentam.

Comungando com essa ideia, Micarello (2010) diz que a avaliação na educação infantil cumpre um papel importante, o de oferecer elementos para que os professores conheçam as crianças de uma melhor maneira, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais se apropriam da cultura que se inserem e transformam. Dessa forma, a avaliação como processo requer reflexão sobre a criança, pois, orienta o professor a decidir sobre quais metodologias adotar, os objetivos a serem atingidos, enfim, contribui para conhecer melhor o processo de aprendizagem das crianças.

Considerando que a avaliação na educação infantil é processual, além do caráter diagnóstico e formativo, a mesma pode apresentar um caráter somativo. Segundo Weiss e Coelho (2015), a função somativa é aquela que atribui um conceito ao final de uma unidade de ensino. Vale ressaltar que as funções diagnóstica, formativa e somativa devem dialogar durante todo o processo de ensino e aprendizagem da criança, servindo de suporte ao processo no planejamento.

Corroborando com essa ideia, Lopes (2009) diz que a avaliação não é uma ação que se sustenta no vazio, mas se constrói baseada nas múltiplas interações, no encontro de sujeitos. Crianças pequenas são ativas, exploram o seu entorno, são curiosas e aprendem pela interação. Hoffmann (2015) destaca que as reações de uma criança para outra são diferentes, assim, sua evolução é singular, única, cabe ao professor ter um olhar “sensível” para com cada uma, pois elas aprendem de formas diferentes. Portanto, refletir sobre as ações infantis na educação infantil é o ponto de partida de uma avaliação formativa.

Hoffmann (2015) afirma que é necessário prestar atenção em cada criança, exercitando um olhar investigativo e curioso, não tendo por base listas definidas dos comportamentos, nem intenção de mostrar ou comprovar a alguém o que elas fazem, mas descobrir como elas são de fato. Além disso, o olhar avaliativo também deve ocorrer sobre as crianças no âmbito da instituição. Portanto, as relações estabelecidas neste ambiente, devem incidir sobre as interações criança/criança, adulto/criança, ou seja, sobre a dinâmica das relações.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

As interações das crianças precisam ser consideradas no processo de aprendizagem, neste sentido, Hoffmann (2015, p. 31) apresenta além dos já citados, alguns objetivos essenciais para a avaliação na educação infantil:

- a) Valorizar a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pelas crianças, respeitando sua identidade sociocultural;
- b) Proporcionar-lhes um ambiente interativo, acolhedor e alegre, rico em materiais e situações a serem experienciadas;
- c) Agir como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-las, acompanhá-las e favorecer-lhes desafios adequados aos seus interesses e possibilidades;
- d) Fazer anotações diárias sobre aspectos individuais observados, de forma a reunir dados significativos que embasem o seu planejamento e a reorganização do ambiente educativo.

Diante do que aponta Hoffmann (2015), pode-se considerar, então, que a criança aprende e se desenvolve ao explorar o meio. Neste sentido, é possível dizer que a prática avaliativa em educação infantil parte do princípio que cada momento da vida da criança representa uma etapa altamente significativa. Desse modo, a avaliação ocorre o tempo todo, sobre todas as ações das crianças, necessitando de reflexão contínua do professor em todo o processo avaliativo.

2.1.1. Documentação pedagógica

Avaliar a criança na educação infantil não é uma atividade neutra, ou seja, é uma ação com objetivos, e para que estes sejam alcançados o professor necessita organizar suas ações por meio do planejamento. Segundo Micarello (2010) as práticas pedagógicas requerem uma intenção e necessitam de reflexões sobre o que foi mediado. Nota-se, diante disso, que o planejamento guia a ação avaliativa do professor. A autora ainda enfatiza que é importante reservar um espaço no planejamento para possíveis anotações, registrando as ações infantis, os pontos positivos e negativos (MICARELLO, 2010). Este espaço reservado para anotações sobre as crianças em suas interações com o conhecimento servirá de auxílio para o professor, pois, conforme já mencionado, uma avaliação formativa permite que o mesmo reorienta suas ações para que sejam alcançados os objetivos propostos.

No planejamento é necessário que o professor considere a criança como construtora do saber e não somente reprodutora. Quanto a isso, Hoffmann (2015) afirma que o estímulo oferecido ou a atividade que o docente planejou não são os pontos de partida, pois as reações das crianças podem ser diferentes, para algumas, podem parecer difíceis enquanto para outras, fáceis. Percebe-se então que é necessário o professor observar e refletir sobre suas ações pedagógicas que foram planejadas, de modo a reorientá-las, se necessário, dependendo de como as crianças respondem ao que foi proposto, por isso o planejamento deve ser flexível.

O ato de observar é fundamental e requer uma atitude de acolhimento do professor para com a criança e seu relacionamento com o mundo, e o sentido que atribui às suas experiências, devendo registrar diariamente as interações das mesmas (MICARELLO, 2010). Reforçando o que diz a autora, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) em seu artigo 1º, inciso II, atentam para a utilização de múltiplos registros a serem realizados pelos adultos e também pelas crianças (relatórios, fotografias, álbuns etc.). Neste contexto é necessário coletar os dados mais importantes para acompanhar de modo efetivo as peculiaridades do desenvolvimento de cada criança, considerando-a no processo avaliativo. Assim, pela observação continuada o professor irá conhecer e compreender cada criança, suas perguntas e reações diante das situações, devendo anotar o que chama mais a atenção (HOFFMANN, 2015). Diante disso, considera-se que avaliar é uma ação que ocorre o tempo todo, em todas as situações.

Na educação infantil os *pareceres descritivos*, os *portfólios* e os *relatórios* constituem-se nos principais instrumentos avaliativos. Os *pareceres descritivos*, segundo Hoffmann (2015, p. 97) se apresentavam

sob a forma de “relatos descritivos” sobre o desempenho das crianças, começaram a ser elaborados nos anos 70, em creches e pré-escolas [...] na época, representou uma tentativa de garantir a natureza “qualitativa” e “descritiva” que a avaliação deveria resguardar na educação infantil, [...] bem como deve ter sido decorrente da total impossibilidade de se avaliar o desempenho das crianças dessa faixa etária por meio de notas[...]

Desse modo, identifica-se que o acompanhamento do desenvolvimento infantil ocorre pelos relatos dos professores, pois descrevendo as situações de aprendizagem se acompanha o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, sem conferir-lhes nota. Segundo Hoffmann (2015) o acompanhamento dos aspectos do desenvolvimento infantil não deve levar a comparações e a julgamentos, mas a uma interpretação do que se observa. Os instrumentos avaliativos precisam representar um meio de reflexão sobre a aprendizagem da criança, não é uma ação comparativa com o desempenho dos colegas.

Outro instrumento avaliativo que se destaca é o *portfólio* que, segundo Hoffmann (2015) são similares às tradicionais “pastas de trabalho” das crianças que são entregues aos pais ao final de períodos letivos, nas escolas de educação infantil. Vale ressaltar que o *portfólio* não se resume apenas em agrupar trabalhos feitos pelas crianças para mostrar aos pais, e/ou comprovar que foram realizadas atividades pedagógicas. Uma coleta esporádica e aleatória de trabalhos não tem significado se organizados apenas para mostrar aos pais ou por motivo estético, mas buscar revelar o processo evolutivo das crianças em suas linguagens expressivas, na oralidade, na descoberta e na manipulação de materiais (HOFFMANN, 2015). Diante disso pode-se afirmar que na elaboração do *portfólio* é necessária observação reflexiva e registro sobre todas as ações infantis, pensar sobre as estratégias de ensino, para então, obter os resultados esperados no processo de ensino e aprendizagem.

As pesquisas realizadas por Lopes (2009) apontam que o *portfólio* representa a construção da memória, da história da criança, ou seja, considera a mesma como partícipe no processo avaliativo. Desse modo, o professor deve considerar o *portfólio* como um instrumento de reflexão sobre a criança, o modo como elas veem o mundo e interagem com ele e com as pessoas. A criança participa do processo de avaliação pelas particularidades que cada uma possui e pelo contato com o objeto de conhecimento.

Há também os *relatórios de observação*, que têm como principal função o relato do processo de construção de conhecimento da criança no qual o professor acompanha e intervém pedagogicamente (HOFFMANN, 2015). O relatório de observação permite que o professor reflita sobre a ação pedagógica e sobre as ações das crianças, confiando nas possibilidades das mesmas, de aprender ao fazer, ao interagir, ao se opor. Intervir pedagogicamente significa rever os objetivos elaborados para o desenvolvimento da

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

aprendizagem infantil, ou melhor, a iniciativa de modificar conforme as necessidades que surgirem perante as dificuldades das crianças. Esta ação avaliativa requer dos professores um olhar reflexivo sobre os interesses, conquistas, possibilidades e limites de cada criança, participando de suas vivências, socializando com as famílias e com outros professores (HOFFMANN, 2015). Desse modo, os relatórios podem ser compartilhados com outros docentes, de modo que conheçam melhor as crianças que irão avaliar futuramente, com as famílias para que saibam da participação dos filhos na apropriação do conhecimento.

Considera-se então, que a avaliação na educação infantil deve ocorrer mediante do acompanhamento e da consideração das particularidades infantis, com observação atenta e registro das ações diárias, de modo a refletir e, se necessário, reorientar as práticas pedagógicas desenvolvidas.

3. METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho objetivou discutir os desafios encontrados pelos professores de duas instituições de educação infantil da rede municipal da cidade de Ermo / SC, ao avaliar as crianças pela concepção formativa. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa básica com abordagem qualitativa. De acordo com Santos e Santos (2010, p. 44) a abordagem qualitativa

[...] fundamenta-se na ideia de que um fenômeno pode ser melhor compreendido quando examinado no contexto em que ocorre e do qual faz parte. Para apreciá-lo de forma integrada, o pesquisador deve mergulhar na realidade, procurando interpretá-la a partir da perspectiva das pessoas nela envolvidas.

Ao abordar qualitativamente buscou-se analisar os dados coletados na pesquisa de campo a luz do referencial teórico adotado, interpretando os mesmos. A pesquisa de campo abordou uma coordenadora pedagógica e cinco professoras pedagogas, atuantes na rede municipal de ensino de Ermo / SC, de duas instituições. Estas instituições foram escolhidas por serem as únicas do município. Os dados foram apresentados de forma descritiva, pois, segundo Gil (1995), a descrição é realizada a partir das características de determinada função ou fenômeno ou as relações que se estabelecem entre as variáveis.

O procedimento de coleta de dados ocorreu por meio de grupo de discussão. Oliveira e Freitas (1998, apud SANTOS; SANTOS, 2010) afirmam que este instrumento também denominado *grupos focais*, garante maior flexibilidade na coleta de dados, o que normalmente não acontece na entrevista individual, além do ganho em espontaneidade pela interação entre os participantes.

A coleta de dados ocorreu em uma das escolas, localizada ao lado do Centro de Educação Infantil (CEI), no período vespertino. As professoras participantes foram quatro da escola de educação básica e uma de um CEI, além da coordenadora pedagógica da escola de educação básica, ambas as instituições municipais. As mesmas foram reunidas em uma das salas dos professores para realizar a discussão em grupo por meio de um roteiro de questões. Além disso, utilizou-se de gravador para registro e para, posteriormente, a transcrição das falas. A identificação das professoras se dará por meio de letras: A, B, C, D e E, para que se possa preservar a identidade das mesmas e o sigilo dos dados coletados. Vale lembrar que, a professora D leciona no CEI e as demais, na escola municipal. As professoras pesquisadas possuem graduação em Pedagogia, a professora A também é formada em educação física e a professora C, em geografia. A professora D é formada pela UNESC e possui trinta e dois (32) anos de atuação na área da educação. As demais professoras, pertencentes à escola municipal não informaram seu tempo de trabalho nem a universidade que concluíram a graduação.

Para melhor compreensão das informações aqui apresentadas, os resultados coletados no grupo de discussão serão apresentados pelas categorias: concepção de avaliação na educação infantil e os instrumentos utilizados; a avaliação no projeto político pedagógico das instituições; participação em programas de formação continuada; concepção de avaliação formativa e dificuldade das professoras ao avaliar nesta concepção.

As instituições de ensino estão situadas na rodovia SC – 285 – km 05, no centro de Ermo / SC. A escola municipal atende um total de 222 alunos, compreendendo a educação infantil, no período vespertino e o ensino fundamental no período matutino e vespertino, além da educação de jovens e adultos (EJA) no período noturno. As escolas pesquisadas foram muito receptivas e acolhedoras, o dia escolhido para a pesquisa foi uma sexta-feira à tarde, levando em conta que todas as professoras estavam na escola neste dia. Vale lembrar que a professora D, que representou o CEI, se disponibilizou a vir na escola, local da pesquisa.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

Sobre as instituições, o Centro de Educação Infantil apresenta um total de 48 crianças, compreendendo maternal 1, 2 e 3. Em seu Projeto político pedagógico (PPP – 2018) registra que a concepção de ensino e aprendizagem deve ultrapassar a mera reprodução de saberes e promover “a produção e a apropriação de conhecimento”. Assume uma concepção sócio-histórica, considerando a criança e suas interações, compreendendo a escola como espaço de mediação e de apropriação do conhecimento. Sobre a avaliação o documento, aborda que a mesma deve ser “contínua, considerando os processos vivenciados pela criança, sendo uma ação intencional do professor”. A avaliação constitui-se como instrumento para a organização dos objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades, de modo a acompanhar e conhecer cada criança e grupo. Além disso, apresenta a observação e o registro como fundamental neste processo, orientando o professor na escolha e adequação de conteúdos e estratégias.

Já o Projeto Político Pedagógico (PPP – 2018) da escola municipal, não apresenta claramente a sua concepção de ensino e aprendizagem. Contudo, registra que a escola deve ultrapassar o ensino tradicional. Referente à avaliação das crianças da educação infantil, menciona que, esta “deve constituir-se de forma contínua e global, considerando a criança em seu progresso individual e em suas interações na produção do conhecimento”. O documento não referencia a observação e o registro como parte do processo avaliativo. Após ter-se apresentada a concepção de ensino e aprendizagem, e, avaliação indicada nos PPPs das escolas pesquisadas, passa-se a seguir a análise dos resultados das discussões com as professoras no grupo de discussão.

Sobre a avaliação na educação infantil, as professoras A, C e E afirmaram que primeiramente realizam uma avaliação diagnóstica da criança, ou seja, consideram os conhecimentos trazidos por elas quando iniciam o ano letivo, como importantes no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, de diagnosticar os saberes trazidos pelas crianças, as falas das professoras vêm ao encontro com o que dizem Weiss e Coelho (2015) que a avaliação é processual e diagnóstica, auxiliando o professor na identificação das dificuldades das crianças. Vale ressaltar que, uma avaliação diagnóstica auxilia o professor no planejamento de suas ações pedagógicas, considerando as dificuldades das crianças para replanejar suas ações. A professora B complementa que observa atentamente a criança e

anota tudo a respeito do seu desenvolvimento. Considerando que o acompanhamento necessita ocorrer pela observação e pelo registro das ações infantis. Hoffmann (2015) afirma que estas ações devem ser permanentes no contexto da educação infantil. Observar e registrar as ações infantis são a base de uma ação avaliativa reflexiva, pois, desse modo, é possível acompanhar o processo de aprendizagem das crianças nas suas particularidades.

A professora D afirma que a avaliação é complexa, acrescentando que, ao ocorrer por meio da observação da criança, desde sua chegada à instituição escolar, exige muito do professor, pois este precisará considerar todas as ações das crianças ao avaliá-las. A mesma complementa que a avaliação é um processo, compreendendo a evolução da criança, caracterizando este crescimento como singular e diário. Essas falas se aproximam novamente das ideias de Hoffmann (2015) que afirma que, ao avaliar, é necessário que se considere as variadas manifestações das crianças, para planejar ações educativas significativas. Portanto, avaliar é uma ação complexa, pois, envolve um olhar atento para com cada criança em suas ações. Além disso, compreender o modo da criança se manifestar nas atividades pode ser o ponto de partida para reorientar as práticas pedagógicas dos professores.

Quanto aos instrumentos utilizados na avaliação todas as pesquisadas utilizam o *portfólio*. As professoras A, B, C e E afirmam que a avaliação na escola ocorre de modo trimestral, e é elaborado com base nas observações e nas anotações sobre as crianças no decorrer deste tempo. A professora A destaca que, além do *portfólio* com fotos das atividades das crianças, é anexado ao final deste uma avaliação descritiva e uma espécie de “boletim” que contém uma tabela mostrando o que a criança atingiu ou não, que no final do trimestre é entregue aos pais. Esse “boletim” apresenta indícios de uma avaliação classificatória, evidenciada em uma tabela comparativa. Hoffmann (2015) aponta que um dos pressupostos da avaliação na educação infantil é o caráter investigativo, mediador, e, não uma mera forma de constatar o seu desempenho. Vale destacar que o instrumento utilizado embora apresente características de caráter classificatório em sua avaliação descritiva, também contém o registro das singularidades infantis.

A professora C complementa que registra suas observações, principalmente por auxiliar a lembrar dos detalhes, como as dificuldades em tarefas ou em brincadeiras, bem como a socialização das crianças. Já a professora D afirma que a avaliação ocorre de maneira

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

semestral e também utiliza o *portfólio*. A mesma elabora projetos com objetivo geral e específicos e para cada objetivo há uma atividade correspondente, reforçando que essa ação é necessária para mostrar aos pais. Acrescenta que, ao final do instrumento avaliativo, tem um parecer descritivo da criança mostrando como ela chegou à escola, se “aborrecida” ou “bem ambientado”, como ocorre a interação, a coordenação motora ampla e fina, a marcha, a fala, no que ela se destaca além de anexar as fotos das mesmas realizando as atividades. As afirmações da professora D, no que se refere à função do instrumento avaliativo, demonstram preocupação em comprovar aos pais a função pedagógica das atividades escolares. Quando destaca esta preocupação está se desvinculando da função primordial da avaliação na educação infantil que é desenvolver as capacidades das crianças em seu processo de aprendizagem. O parecer descritivo que é anexado ao final do *portfólio* necessita fornecer dados importantes acerca do desenvolvimento infantil, Hoffmann (2015) aponta que estes documentos avaliativos devem constituir-se na história do processo de construção do conhecimento pela criança. Portanto, os documentos avaliativos são instrumentos utilizados para documentar o processo da aprendizagem da criança não tendo como foco principal comprovar o caráter pedagógico para os pais, mas a evolução da criança.

Sobre a formação continuada, todas as professoras registraram que não participaram de nenhum curso a respeito da avaliação na educação infantil, mas todas concordaram ser de grande importância saber mais sobre o assunto. Referente a isto, Hoffmann (2015) afirma que a formação docente é essencial para o exercício da profissão, para que as ações não sejam improvisadas, mas frutos das reflexões. Portanto, as ações avaliativas necessitam ser norteadas, e este norte está pautado na formação contínua dos professores, no sentido de reorientações da prática desenvolvida.

A professora A, registra que é importante à formação continuada, pois as dificuldades existem, é complexo avaliar a criança nesta etapa do ensino, afirmando que “é difícil de colocar no papel”, referindo-se a avaliação descritiva da criança. As demais professoras concordam com a dificuldade de descrever o desempenho da criança. Ficou perceptível que esta dificuldade de elaboração final do relatório do desempenho pode ser um sinal da falta de registro diário sobre as ações das crianças durante o processo. Sobre a importância do registro, Micarello (2010) ressalta que as observações devem ser registradas

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

para que não se percam e possam ser compartilhadas com outros docentes e família da criança. A professora D complementa que é difícil avaliar, pois a avaliação descritiva é um documento, e algumas palavras podem “sensibilizar” os pais no sentido de rotular a criança em alguns aspectos. Todas as pesquisadas afirmaram que a escolha do instrumento é provinda da direção e coordenação pedagógica juntamente com as professoras em reunião.

Todas as professoras relataram que as escolas não oferecem orientação pedagógica a respeito da avaliação, mas que, com certeza, a partir de agora vão buscar suporte. A coordenadora pedagógica, presente no momento da pesquisa, afirmou que ambas as instituições buscarão abordar o assunto, visto que é uma necessidade presente nas falas das professoras. Quanto a esta necessidade de conhecer mais sobre a avaliação, os estudos de Hoffmann (2015) dizem que, principalmente as instituições públicas necessitam construir concepções claras sobre a prática avaliativa devendo se constituir em uma ação mediadora. Nesta perspectiva, é interessante que as escolas busquem suporte juntamente com a secretaria de educação, formação continuada que as auxiliem, esclarecendo suas dúvidas sobre a avaliação na educação infantil.

Já sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, as professoras registraram que ele é elaborado de modo coletivo, sendo a última versão de julho de 2018. As professoras A, B, C e E afirmaram que a concepção avaliativa no PPP da escola é de modo contínuo, ocorrendo todos os dias, desde a chegada da criança na sala de aula e em todas as ações e atividades. A professora D, afirma que o documento foi elaborado conforme a realidade do CEI, acrescentando que a avaliação é um processo, e que acontece o tempo todo. As considerações das professoras sobre a concepção avaliativa na Educação Infantil, ser contínua e processual, se aproximam do que referenciam os PPP's sobre o acompanhamento infantil ocorrer em todos os momentos.

Quando questionadas sobre a concepção de avaliação na perspectiva formativa, as professora A e B afirmam que representa acompanhar a criança todos os dias, suas atitudes e relações. As professoras C e E afirmam que a perspectiva formativa de avaliação é complexa por “formar o aluno como um todo”. A professora D complementa que avaliar na concepção formativa é compreender a criança de forma integral, observando todas as etapas do seu desenvolvimento. Sobre isso, Hoffmann (2015) afirma que a criança deve ser avaliada nos

aspectos cognitivos, afetivos e sociais e que a mesma deve estar pautada na observação atenta, acompanhamento reflexivo e anotações sobre as suas ações diárias. Portanto, avaliar na concepção formativa é considerar a aprendizagem como processo reflexivo, que é a base da ação pedagógica permanente.

Sobre os desafios de avaliar na concepção formativa, as professoras A e B registram que o desafio maior está nas particularidades das crianças, principalmente as que apresentam a possibilidade de algum “transtorno ou deficiência”, além das diferenças no processo de aprendizagem que cada uma apresenta, ou seja, cada uma aprende no seu tempo. Segundo a professora D, o desafio principal, se tratando do CEI, está na quantidade de crianças por turma, há turmas com 20 crianças, já que a avaliação se dá pela observação das suas particularidades. Considerando que a avaliação deve ocorrer com todas as crianças nas suas singularidades, estas dificuldades também são identificadas por Hoffmann (2015) quando diz que as crianças pequenas são muito ativas e curiosas, explorando o entorno e interagindo com as outras e com os adultos, e, que cada uma carrega sentimentos e pensamentos que são únicos. Portanto, acompanhar é uma ação complexa, e, por isso difícil, cabendo ao professor uma postura reflexiva sobre as ações individuais e grupais. Acompanhar um número grande de crianças requer maior atenção e organização dos professores, pois, as mesmas são muito ativas e detalhes importantes podem passar despercebidos.

As professoras C e E concordam que a complexidade de avaliar está em acompanhar as particularidades das crianças, reforçando a questão da dificuldade de aprendizagem “normal” ou “anormal”, considerando a existência de algum transtorno do desenvolvimento. Foi possível constatar na fala das professoras uma preocupação em identificar, na ação avaliativa, possíveis transtornos, ou possibilidade de ser apenas uma aprendizagem mais tardia. Estas falas são contrárias as ideias de Hoffmann (2015) que observar e pensar sobre as ações educativas é diferente de observar o grupo para saber se atingiram ou não os resultados esperados pelo professor. A observação deve servir para desafiar a criança não para julgá-la, não se pode considerar “normal” ou “anormal”, pois cada criança tem sua evolução singular e se manifestam de formas diferentes. Os transtornos do desenvolvimento existem, porém não devem ser o foco no ato de avaliar, mas acompanhar o processo do desenvolvimento singular das crianças. Ademais as escolas possuem profissionais

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

capacitados na área de psicologia, fonoaudiologia e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, também recebe auxílio da prefeitura no encaminhamento das crianças que necessitam de atendimento especializado, como consultas com neurologista, de modo a auxiliar a identificação de possíveis transtornos do desenvolvimento ou casos neurobiológicos.

Todas as professoras acreditam que trabalham na concepção formativa de avaliação. A professora A justifica a sua ação formativa ao dizer que “cada criança é investigada nas suas diferenças” e a partir disso desenvolve suas atividades e observa como ela se desenvolve. As professoras B, C, D e E afirmam que suas ações pedagógicas são formativas por acompanhar as crianças em seu desenvolvimento tanto individual como em grupo. A professora A acrescentou que avaliação formativa não se trabalha só conteúdos, mas também as atitudes, o respeito, a “formação do dia a dia” bem como o “bom” comportamento das mesmas.

As justificativas nas falas das professoras sobre o “bom” comportamento das crianças correlacionam-se às ideias de Hoffmann (2015) no sentido de que o controle e o julgamento, práticas da concepção classificatória, ainda estão presentes e influenciam as ações das professoras. As falas evidenciam a necessidade de práticas que estejam pautadas na verdadeira função da avaliação, que consiste segundo Hoffmann (2015) na observação, reflexão e mediação.

4. CONCLUSÃO

A avaliação formativa na educação infantil é uma ação pedagógica complexa, que envolve o olhar reflexivo do professor na mediação do conhecimento. Como visto a função primordial da avaliação nesta etapa do ensino não é a classificação, pois cada criança possui habilidades próprias, diferentes umas das outras, nem melhores nem piores. Desse modo, torna-se indispensável uma postura formativa e mediadora do professor ao avaliar as crianças, além do planejamento das ações pedagógicas, observação atenta e registro diário sobre as manifestações das mesmas. Sob esta perspectiva a pesquisa buscou discutir os principais desafios dos professores ao trabalharem na concepção formativa de avaliação em duas escolas

de educação infantil do município de Ermo / SC.

A pesquisa possibilitou lançar um olhar mais reflexivo sobre as práticas diárias dos professores e as questões que lhe representam obstáculos para uma avaliação na concepção formativa. Desse modo, para as professoras, a avaliação na educação infantil está baseada em um concepção de avaliação processual e “diagnóstica da criança”, visto, que asseguram verificar os conhecimento e as habilidades apresentadas por cada criança, a partir da observação e do registro. Percebem a avaliação como um processo que deve considerar cada criança na sua individualidade. Vale ressaltar, enquanto postura avaliativa, um esforço significativo em suas práticas diárias com o objetivo de promover a aprendizagem das crianças. Contudo, suas práticas apresentam indícios de características de avaliação classificatória. Pois também utilizam-se de fichas avaliativas por meio de uma tabela que classificam o rendimento e comportamento das crianças em “bom”, “ruim”, “atingiu”, “não atingiu”, referente aos objetivos propostos.

Outro ponto evidenciado foi a inexistência de cursos de formação continuada sobre avaliação, embora seja considerada a sua importância no aprimoramento das práticas pedagógicas. Sabe-se que a preparação dos docentes leva a uma maior segurança ao avaliar as crianças, pois as práticas não se constroem no vazio, mas são frutos das reflexões estabelecidas entre a teoria e a prática.

A pesquisa também revelou que a perspectiva de avaliação formativa abrange a criança como sujeito integral, visando seu acompanhamento diário, observando e registrando aspectos singulares e plurais, resultando em uma ação complexa. Diante disso, os maiores desafios ao avaliar a criança na concepção formativa, segundo os resultados da pesquisa, estão no acompanhamento das particularidades infantis, devido à grande quantidade de crianças por turma.

Evidenciou-se também, a preocupação em acompanhar a criança com um possível transtorno do desenvolvimento ou “deficiência intelectual”, enfatizando o “atraso” na aprendizagem de algumas crianças. Sobre isto, é importante refletir sobre o que as professoras consideram como “transtorno”. Será que as professoras não estão rotulando a criança que não atinge os objetivos planejados por elas? As crianças precisam desenvolver-se todas ao mesmo tempo e da mesma forma? Essas questões, sem dúvida, merecem uma reflexão mais

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº1, janeiro/abril 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

aprofundada e podem ser objetos de pesquisas posteriores.

De maneira unânime, todas as professoras acreditam trabalhar na concepção formativa de avaliação por se basear no acompanhamento diário das manifestações das crianças. Embora se considere os esforços em desenvolver a avaliação na concepção formativa, a mesma ainda se configura como um grande desafio. Desse modo, as práticas devem pautar-se no acompanhamento contínuo da aprendizagem infantil, sem comparações ou julgamentos, pois é nisto que se baseia a avaliação formativa na educação infantil. Além disso, a formação continuada dos professores pode ser uma grande aliada nesse processo.

5 REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. 36 p.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases**. nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996. 44 p.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 103 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995. 207 p.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil, um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 20. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 151p.

NASCIMENTO, Anelise. et al. Educar e cuidar: muito além da rima. In: KRAMER, Sonia. (org.) **Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005. 55-65 p.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **Educação infantil e registro de práticas**. São Paulo: CORTEZ, 2009. 199 p

MICARELLO, Hilda. Avaliação e Transições Na Educação Infantil. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: S/e, 2010. p. 1 - 14. Disponível em:< <https://tinyurl.com/y966yrce>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. 4. Ed. São Paulo: scipione, 1999. 111p.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil**: fundamentos métodos. 7. Ed. São Paulo: CORTEZ, 2011. 263p.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação no Brasil: retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTDBR on-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybgzukjp>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Luis: UemaNet, 2010. 67 p.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, jan./jun. 2001. Disponível em:<<https://tinyurl.com/ybexcf7g>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

WEISS, Suéli Cláudia; COELHO, Aline Leandra. **Avaliação da aprendizagem em educação**: uma reflexão dos conceitos e funções. Educere, 79-95 out. 2015. Disponível em:<<https://tinyurl.com/y7kdopjv>>. Acesso em: 10 ago. 2018.